

Com o encerramento do Plenário da Assembleia da República a 19 de Julho,
É tempo de prestar contas aos trabalhadores e ao povo.

PCP Presta Contas aos profissionais do Sector do Táxi

Esta legislatura ficou marcada, no que diz respeito ao sector do táxi, pelas sucessivas tentativas de impor a liberalização do sector do táxi.

Numa primeira fase, as multinacionais continuaram a actuar ilegal e impunemente, tal como já o haviam feito com o anterior governo. O PCP denunciou sistematicamente essa situação, ao lado do sector do táxi, mas o Governo do PS nunca quis fazer cumprir a lei, e na Assembleia da República PS/PSD/CDS colocavam-se sempre ao lado das multinacionais.

Em 2016, por proposta do PCP, a lei passou a **punir expressamente a angariação de clientes para transporte ilegal**, as multas foram aumentadas e foi criado um mecanismo teoricamente mais eficaz para reprimir a actuação ilegal. Mas o próprio Governo boicotou a aplicação da lei, e durante dois anos, apesar do protesto do PCP e do Sector do Táxi, as autoridades foram cúmplices com a violação da lei, e as multinacionais continuaram a operar impunemente.

Em 2017 e 2018, **PS/PSD/CDS trataram de legalizar a actuação até aí ilegal das multinacionais**, criando para uma mesma actividade económica – o transporte remunerado de passageiros em veículo ligeiro – dois regimes: o TÁXI e o TVDE. O Presidente da República, numa primeira fase vetou a lei, mas perante a insistência de PS/PSD/CDS acabou por assiná-la sem ter suscitado a apreciação da sua constitucionalidade. O PCP (ao contrário de PS, PSD, CDS e BE) não apresentou qualquer proposta de lei para legalizar os TVDE, expressando assim a sua total oposição à criação de dois regimes.

Com a entrada em vigor da lei da TVDE, as multinacionais continuaram a sua actuação ilegal, não cumprindo sequer muitos dos aspectos da lei que as legalizava, e continuando a contar com a cumplicidade do Governo do PS e da maioria PS/PSD/CDS na Assembleia da República.

Entretanto o PCP foi apresentando sucessivas iniciativas com propostas para **a modernização do sector do táxi**, (algumas delas até foram aprovadas como é o caso da Resolução 1553). O Governo limitava-se a mastigar grupos de trabalho cujas conclusões nunca levava à prática com poucas excepções. E o PSD ainda apresentou um projecto-lei, em 2019, para a liberalização total do táxi, acabando com tudo (contingentes, cor própria, ...), que foi arrasado e chumbado na Assembleia da República,, mas que deixou ver ao que virão assim que puderem.

Quando da extraordinária luta do sector do táxi, em Setembro de 2018, o PS comprometeu-se a descentralizar para as autarquias a responsabilidade de determinar contingentes para o TVDE. Mas a legislatura acabou sem que o PS tivesse cumprido essa sua promessa ao sector do táxi. **E quando o PCP levou directamente a proposta à Assembleia da República, mais uma vez PS/PSD/CDS chumbaram-na**. Largos milhares de viaturas descaracterizadas contribuem hoje para o caos urbano (particularmente em Lisboa e Porto), comprimem as margens de lucro, fazem concorrência desleal ao sector e promovem a sobre-exploração dos motoristas de ambos os regimes. Perante o aplauso de PS/PSD/CDS.

O PCP cumpriu! Prestamos contas do nosso trabalho com orgulho. Estivemos sempre ao lado do sector do táxi com toda a força eleitoral que o povo nos deu. E actuação dos deputados do PCP não se limitou às paredes da Assembleia da República. **Eles estiveram em todas as lutas, no Aeroporto, nos Restauradores, em Faro e no Porto, dando confiança e transmitindo solidariedade**. Enquanto tantos se ajoelhavam aos pés do dinheiro das multinacionais, o PCP cumpriu o seu compromisso com o povo e o país! Estivemos ao lado do sector do táxi e vamos continuar a estar!

Mais força à **CDU**

PCP - PEV



Em defesa do Sector do Táxi e dos seus profissionais Iniciativas Legislativas do Grupo Parlamentar do PCP no mandato 2015/2019:

26-02-16	PG 758/XIII/1	A revolta do sector do Táxi contra a atuação ilegal da multinacional UBER
12-05-16	PJL 233/XIII/1	Reforça as medidas dissuasoras da atividade ilegal no transporte em táxi
06-01-17	PG 1865/XIII/2	A situação no sector do Táxi e a (falta de) aplicação e cumprimento da Lei n.º 35/2016, de 21 de novembro, no combate à atividade ilegal
12-06-17	PG 4498/XIII/2	Situação do sector do táxi na cidade do Porto
29-06-17	PG 4599/XIII/2	Expansão da Uber a toda a região algarvia
28-07-17	PG 4894/XIII/2	Existência e consequências (ou não) de fiscalização às multinacionais que promovem a angariação de clientes para veículos de transporte de passageiros sem alvará
27-04-18	PJR 1553/XIII/3	Modernização do Sector do Táxi
21-09-18	PJL 994/XIII	Revoga a Lei n.º 45/2018 de 1 de agosto - «Regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica»
06-02-19	PAP 110/XIII/4	Decreto-Lei n.º 3/2019, de 11 de janeiro: oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 251/98, de 1 agosto – acesso à atividade e ao mercado dos transportes em táxi
22-04-19	PG 1935/XIII/4	Apoios para o funcionamento de plataformas digitais do sector do táxi
28-06-19	PJL 1242/XIII/4	Modernização do regime de atividade do sector do Táxi

Legenda:

PG (Pergunta); PJL (Projecto-Lei); PJR (Projecto de Resolução); PAP (Pedido de Apreciação Parlamentar)
(Todas estas iniciativas legislativas podem ser lidas na íntegra em [parlamento.pt](#))

Excertos do Preâmbulo do Projecto de Resolução do PCP sobre «A Modernização do Sector do Táxi»:

«A defesa do sector do táxi é inseparável da defesa do direito à mobilidade e da economia nacional. Assim é na política patriótica e de esquerda que o PCP propõe ao povo português e que rompe com a degradação dos direitos dos trabalhadores e o ataque às micro, pequenas e médias empresas que PS, PSD e CDS têm promovido. O PCP tem vindo a lutar em defesa do sector do táxi, e de todos os profissionais do sector, exigindo que o sector do táxi ocupe o digno lugar que é o seu no sistema de transportes públicos.»

«O PCP retoma para a discussão na Assembleia da República um conjunto de ideias fundamentais para a modernização do sector do táxi, nos mais variados aspetos: modernização no plano tarifário, da frota e dos meios de cobrança. Modernização ainda no plano laboral, combatendo práticas, velhas de dois séculos, que se vem generalizando e que fazem crescer a exploração e a desregulamentação de horários. Um profissional do sector tem direito a um horário de trabalho, a um salário digno, a uma vida profissional compaginável com a vida familiar. Um sector do táxi no século XXI nunca se poderá chamar a si próprio de moderno sem assegurar a quem nele trabalha o acesso a uma vida digna.»

Avançar é preciso!

PCP-PEV

